

Balço Patrimonial em 31 de dezembro		
Em Reais Mil		
	2016	2015
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	18	5
Contas a receber (Nota 4)	13 086	15 665
Estoques (Nota 5)	434	392
Adiantamentos (Nota 6)	414	347
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	385	388
Creditos Tributários (Nota 8)	-	1 064
	14 337	17 861
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 9)	2 667	2 820
	2 667	2 820
Investimentos	51	51
Imobilizado (Nota 10)	84 591	97 556
Intangível (Nota 10)	-	12
	84 642	97 619
Total do ativo	101 646	118 300
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	8 305	7 217
Salários e encargos sociais (Nota 12)	5 355	4 641
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	19 334	31 083
Contas a pagar (Nota 14)	6 400	5 635
	39 394	48 576
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 15)	11 781	10 104
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	5 709	8 367
	17 490	18 471
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social (a)	194 493	194 493
(-) Capital social a integralizar	(17 787)	(20 787)
Reservas de lucros	86	86
Reservas de reavaliação	7 228	7 357
Prejuízos acumulados	(139 258)	(129 896)
	44 762	51 253
Total do passivo e patrimônio líquido	101 646	118 300

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente		
Em Reais Mil		
	2016	2015
Prejuízo do exercício	(9 491)	(18 943)
Realização da reserva de reavaliação	129	164
Resultado abrangente total	(9 362)	(18 779)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais Mil		
	2016	2015
Receita líquida de vendas de serviços		
Transporte urbano (Nota 16 - a)	86 061	85 647
Receita líquida de vendas de serviços	86 061	85 647
Custo dos serviços prestados (Nota 16 - b)	(85 351)	(81 377)
Lucro bruto	710	4 270
Receitas e despesas operacionais		
Despesas administrativas, e tributárias (Nota 16 - c)	(18 543)	(19 216)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	13 723	(906)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(4 110)	(15 852)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 16 - d)	(5 502)	(3 252)
Receitas financeiras	121	161
	(5 381)	(3 091)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social (Prejuízo) líquido do exercício		
	(9 491)	(18 943)
(Prejuízo) líquido por ação do capital social		
	(0,0488)	(0,0974)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais Mil		
	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(9 491)	(18 943)
Depreciação e amortização	12 998	13 203
Resultado pela baixa do Imobilizado	5	3 734
Reversão de provisões	(15 480)	(11 303)
Provisão p/ perda no recebimento de créditos	246	157
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2 139	9 050
Despesas com juros de longo prazo	2 098	2 096
	(7 485)	(2 006)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	2 579	(1 352)
Estoques	(42)	69
Impostos a recuperar	3	25
Depósitos judiciais	153	(356)
Adiantamentos	(67)	1 708
Créditos tributários	1 064	575
	3 690	669
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	1 088	(142)
Impostos e contribuições a recolher	(14 407)	(10 503)
Salários e encargos sociais	714	397
Contas a pagar	765	(53)
Provisão para contingências	1 677	8 978
Caixa consumido pelas operações	(10 163)	(1 323)
Pagamentos efetuados a Redmob	10 996	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2 962)	(2 660)
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(25)	(2 948)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	(25)	(2 948)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	3 000	-
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	3 000	-
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5 613
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18	5
	13	(5 608)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em Reais Mil						
	Capital social		Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
Em 31 de dezembro de 2014	194 493	(20 787)	86	7 521	(111 116)	70 197
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(164)	164	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(18 943)	(18 943)
Em 31 de dezembro de 2015	194 493	(20 787)	86	7 357	(129 896)	51 253
Integralização de capital	-	3 000	-	-	-	3 000
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(129)	129	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(9 491)	(9 491)
Em 31 de dezembro de 2016	194 493	(17 787)	86	7 228	(139 258)	44 762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2016

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede

Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional “Subsistema Anhanguera,” para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera,

pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 12 meses, obedecendo aos seguintes percentuais: 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas. As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 18 de abril de 2017, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2016.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2016 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis a Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigor.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos

os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Resultado por ação

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

3 Caixa e equivalentes de caixa		
	2016	2015
Caixa e bancos	18	5
	18	5
4 Contas a receber		
	2016	2015
Setransp	-	-
Coopresgo Coop. Trab. Prest. Serviços	-	-
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	2.906
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	9.313	8.181
Outras contas a receber	3.806	4.366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.542)	(2.296)
	13.086	15.665

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A., que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

A Provisão para devedores duvidosos é constituída com base no montante dos créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Metrobus foi arrolada e sucessora em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas.

5 Estoques		
	2016	2015
Bens de Consumo – Operadora	423	373
Bens de Consumo Administração	11	19
Bens de Consumo- p/ leilão Operadora	-	168
Provisão para Perda de Estoques	-	(168)
	434	392

6 Adiantamentos		
	2016	2015
Férias e 13º Salário	255	199
Outros	159	31
Parcelamento Lei 12.996/14	-	117
	414	347

7 Impostos e contribuições a recuperar		
	2016	2015
Outros impostos a recuperar	107	97
IRPJ - Imposto De Renda Pessoa Jurídica	278	291
	385	388

8 Créditos tributários
 Refere-se a crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, constituído para pagamento de juros de mora de impostos e contribuições incluídos em parcelamento, constante da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014.

Composição:		
	2016	2015
Prejuízos fiscais de imposto de renda	-	782
Base negativa de contribuição social	-	282
	-	1.064

Os créditos tributários constituídos serão utilizados para compensar juros e multas dos parcelamentos incluídos na Lei 12.996/2014. No mês de setembro de 2015, (Nota Explicativa 13) a RFB efetuou consolidação apenas dos impostos e contribuições relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, os débitos previdenciários incluídos nos parcelamentos foram consolidados em 2016.

9 Depósito judiciais		
	2016	2015
Depósito		
Depósito Recursal	734	1.099
Valores Penhorados Setransp	262	109
Depósito Judicial CEF	1.032	1.100
Depósito Judicial Banco Do Brasil	399	414
Outros	240	98
	2.667	2.820

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia.

10 Imobilizado
 Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de receita e administração do negócio da Companhia, sendo apresentado conforme quadro abaixo:

Descrição	Taxas Anuais		Saldo em		Saldo em 31/12/2015
	Depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	
Imobilizado		84 591	(12 973)	(5)	97 569
Imobilizado Operadora		77 364	(12 846)	(1)	90 211
Operadora		134 360	25	(42)	134 377
Equipamentos/Instalações		749	2	(6)	753
Movéis e Utensílios		352	3	(2)	351
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		360	-	(31)	391
Frota de Ônibus		1 255	-	-	1 255
Software-Programas		187	-	(3)	190
Frota de Ônibus Novos		129 596	-	-	129 596
Benefitorias		701	20	-	681
Depreciação Acumulada		(56 996)	(12 871)	41	(44 166)
Equipamentos/Instalações		(574)	(71)	6	(609)
Movéis e Utensílios	10% a 40%	(207)	(37)	1	(171)
Edificações	4%	(159)	(24)	-	(135)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(305)	(44)	31	(292)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1 255)	-	-	(1 255)
Software-Programas		(186)	(12)	3	(177)
Frota de Ônibus Novos		(54 185)	(12 656)	-	(41 529)
Benefitorias em Propr. Terceiros		(125)	(27)	-	(98)
Reavaliação		7 227	(127)	(4)	7 358
		10 693	-	(261)	10 954
Equipamentos/Instalações		211	-	(2)	213
Movéis e Utensílios		49	-	(2)	51
Edificações		2 612	-	-	2 612
Terrenos		5 609	-	-	5 609

Veículos de Apoio		114	(57)	171
Frota de Ônibus		2 049	(198)	2 247
Software-Programas		49	(2)	51
Depreciação Acumulada		(3 466)	(127)	257
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(211)	(1)	2
Movéis e Utensílios	10% a 40%	(49)	-	2
Edificações	2% a 4%	(994)	(84)	-
Veículos de Apoio	7% a 20%	(114)	(4)	53
Frota de Ônibus	8% a 25%	(2 049)	(38)	198
Software-Programas		(49)	-	2

11. Fornecedores		
	2016	2015
Fornecedores no país	8.305	7.217

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2016 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

12 Salários e encargos sociais		
	2016	2015
I N S S	1.326	526
F G T S	295	335
Provisão de férias	2.509	2.928
Outros	1.225	852
	5.355	4.641

13 Impostos e contribuições a recolher		
	2016	2015
Circulante		
COFINS	16	12
PIS/PASEP	3	2
I S S Q N (a)	10.120	22.995
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	4.126	3.605
Parcelamento LEI 11.941	376	320
Parcelamento LEI 12.996/14	1.142	1.280
Outros Impostos e contribuições a recolher	3.551	2.869
	19.334	31.083

Não Circulante		
	2016	2015
Parcelamento LEI 11.941	2.369	2.508
Parcelamento LEI 12.996/14	3.340	5.859
	5.709	8.367

(a)No exercício de 2016, com base em prognóstico de perda remota pelos consultores jurídicos, a companhia efetuou a reversão do passivo no montante de R\$ 13.694 mil, relativo ao auto de infração e notificação fiscal, e R\$ 1.695 mil decorrente da prescrição do débito constituído no exercício de 2011, A Companhia discuti na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.996/14, desta forma a Companhia obteve uma redução de juros e multa no montante de R\$ 854 mil decorrente da utilização de créditos tributários de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, constituída por ocasião da adesão ao referido parcelamento.

14 Contas a pagar		
	2016	2015
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	126	-
CIA Metropolitana de Transportes	3.328	2.415
SANEAGO	233	233
Outras	206	480
	6.400	5.635

(a)Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face a essas despesas em montante igual encontram-se escuriturado no ativo circulante.

15 Provisão para contingências
 Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2016		2015	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	10.814	127	10.687	9.059
Trabalhistas	967	268	699	1.045
Total	11.781	395	11.386	10.104

Em 31 de dezembro de 2016, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 870 mil para ações cíveis e R\$ 1.180 para ações trabalhistas.

16 Composição das contas de resultado		
(a) Receita líquida de vendas de serviços		
	2016	2015
Receita bruta de vendas de serviços	88.726	87.482
Impostos sobre as vendas	(2.665)	(1.835)
	86.061	85.647

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços

de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metrô, metrô, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero. Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

(b) Custos dos serviços vendidos

	2016	2015
Trafego	(71.049)	(67.294)
Manutenção	(8.068)	(7.830)
Setransp	(6.234)	(6.253)
	(85.351)	(81.377)

(c) Despesas administrativas e tributárias

	2016	2015
Salários, encargos Sociais e outras	(14.870)	(15.736)
Materiais diversos	(902)	(802)
Outros serviços de terceiros	(1.839)	(2.122)
Outras despesas	(932)	(556)
	(18.543)	(19.216)

(d) Despesas financeiras

	2016	2015
Multas e Juros	(4.723)	(2.443)
Outras despesas financeiras	(779)	(809)
	(5.502)	(3.252)

17 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 194.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 194.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 176.706.

48 EBÍDITA

O ebitda é uma medição não contábil elaborada pela administração, calculada observando as disposições da Instrução CVM 527/12, consistindo no lucro (prejuízo) líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, ajustada a outros itens operacionais.

O ebitda não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Nossa Companhia divulga o ebitda porque ela o utiliza para medir o seu desempenho. O ebitda não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto do lucro (prejuízo) ou da receita operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Consideramos o ebitda uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado.

Calculamos o ebitda conforme indicado a seguir:

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(9.941)	(18.943)
Depreciação (custo da operação)	12.998	13.203
Despesas financeiras líquidas	5.381	3.091
Ebitda "oficial"	8.438	(2.649)
Provisões cível e trabalhista	2.139	9.050
Reversão de provisões	(15.480)	(11.303)
Sinistro - frota de ônibus	-	3.734
Perda no recebimento de crédito	-	157
Ebitda "ajustado"	(4.903)	(1.011)

Goiânia, 31 de dezembro de 2016

Marius Braga Machado
Diretor Presidente

Ricardo Luiz Jayme
Diretor de Gestão

Kid Freire
Contador
CRC-Go 013415/0-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da **Metrobus Transporte Coletivo S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. A Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. Conforme comentado na nota explicativa nº 1, (a) em 14 de outubro de 2014 foi alterado o critério de rateio da receita tarifária entre as Empresas que operam no Subsistema Anhanguera, (b) a manutenção da atividade operacional da companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Outros Assuntos

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC. Conforme cláusula quinquagésima segunda do referido contrato, a não apresentação das garantias exigidas, implica na extinção do contrato de concessão.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

Até a data de emissão deste relatório, o poder concedente Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC não havia se manifestado sobre os valores relativos ao desequilíbrio econômico financeiro, relativo ao período entre o início e o término do contrato primitivo de concessão, (31 de dezembro de 1997 a 31 de março de 2011) de que trata a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, apresentado pela cessionária Metrobus Transporte Coletivo S.A. na data de 30 de junho de 2009.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 18 de abril de 2017.

PRIME

Auditores Independentes S/S
CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO
José Francisco Firmino
Contador
CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Metrobus Transporte Coletivo S/A, analisou e aprovou o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, de Mutações do Patrimônio Líquido, os Fluxos de Caixas, as Notas Explicativas e as Aplicações de Recursos referentes ao exercício de 2016. Tomando como base o parecer da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial/financeira da Empresa, estando em condições de receber a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Goiânia, 19 de abril de 2017.

Vilmar da Silva Rocha

Presidente do Conselho de Administração
Secretário de Estado da Infraestrutura, Desenvolvimento,
Recursos Hídricos, Cidades e Assuntos Metropolitanos

Marlius Braga Machado

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Diretor-Presidente da Metrobus

Edmar Ferreira Perilo

Membro do Conselho de Administração

Cyro Miranda Gifford Junior

Membro do Conselho de Administração

Jaime Bueno Aguiar

Membro do Conselho de Administração

José Carlos Xavier

Membro do Conselho de Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compreendendo: Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado dos Exercícios, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente (Parecer) e Parecer favorável do Conselho de Administração, concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Ressalta sobre o comentado nos parágrafos 3º, 4º e 5º das notas explicativas nº 1 "Informações Gerais" e do parágrafo 1º do item "Ênfase Continuidade Operacional" e dos parágrafos 1º, 2º e 3º do item "Outros Assuntos", ambos do relatório dos Auditores Independentes.

Goiânia - GO, 19 de abril 2017.

Sérgio Augusto Inácio de Oliveira

Membro

Felisberto Jácómo Filho

Membro

Daniel Mario Alves de Paula

Membro